

Mobilização e articulação de conhecimentos linguísticos em prol de aulas de língua portuguesa

Lucas S. Campos¹, Sandra Farias² (UNEB)

¹Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), ²Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

lusanpos@gmail.com, sandraafarias@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como foco indicar algumas formas de mobilização e articulação de conhecimentos linguísticos em prol de aulas de língua portuguesa. Sua motivação se deve ao fato de que, com muita frequência, estudantes dos cursos de letras questionam por que, no currículo dessa licenciatura, há tantas disciplinas ligadas às correntes ou teorias de abordagem linguística se uma boa parte do papel do professor de português na sala de aula será o de transmitir regras gramaticais para seus alunos.

Palavras-chave: *Linguística geral; Linguística aplicada; aulas de língua portuguesa.*

Considerações iniciais

Este trabalho seria apresentado na XXIII Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, realizada em Terezina, no período de 06 a 09 de setembro de 2010. Como não nos foi possível participar daquele evento, o apresentamos aqui, no VII Congresso Internacional da ABRALIN. Como indica o resumo submetido à apreciação, inicialmente, o nosso objetivo era o de indicar algumas formas de mobilização e articulação de conhecimentos do Funcionalismo, em prol de aulas de língua portuguesa. Resolvemos, entretanto, ampliar a abordagem para contemplar outras correntes e teorias. A motivação para o desenvolvimento do texto se deve ao fato de que, com frequência, estudantes dos cursos de letras questionam por que, no currículo dessa licenciatura, há tantas disciplinas ligadas às correntes de abordagem linguística se uma boa parte do papel do professor de língua portuguesa na sala de aula será o de transmitir regras gramaticais para seus alunos.

Defendemos que, a despeito de o pensamento saussuriano, pedra angular do Estruturalismo Linguístico, como corrobora Lucchesi (1995, p. 47), assentar-se sobre a concepção fundamental de língua como um sistema de signos, a língua se configura como um objeto plural e rodeado de implicações. Em virtude disso, constata-se a inviabilidade de ser estudada através de apenas um modelo teórico-metodológico. Assim, desde os primórdios das reflexões sobre a língua como instrumento de comunicação humana, surgem abordagens que buscam dar conta da pluralidade dos fenômenos linguísticos.

Acreditamos, assim, poder apresentar alguns indicativos de aplicação dos princípios, postulados e descobertas de algumas dessas correntes de estudo em prol de aulas de língua portuguesa. Contamos com a possibilidade de que estudantes dos cursos de letras, profissionais em exercício do magistério e demais pessoas interessadas na área possam encontrar algum benefício nesta breve reflexão.

A língua como objeto de estudo

De acordo com Saussure ([1916] 1995, p. 7), A ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer seu verdadeiro objeto. A primeira dessas fases consistiu no estudo de "Gramática", iniciado pelos gregos e continuado pelos franceses. A segunda nos estudos de Filologia e a terceira na dos estudos comparativos entre línguas. Saussure define que a matéria da Linguística é constituída por todas as manifestações da linguagem¹ humana, sem distinção de povos de nível ou grau de civilização de nações, de épocas ou de níveis de linguagem, isto é, engloba todas as formas de expressão verbal. O linguísta poderá ocupar-se também de textos escritos, visto que "êles lhe farão conhecer os idiomas passados ou distantes." Assim, o Curso de Linguística Geral indica três tarefas para essa ciência:

- a) fazer a descrição e a história de tôdas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstruir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as fôrças que estão em jôgo, de modo permanente e universal, em tôdas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria.(SAUSSURE, [1916] 1995,p.13)

O desenvolvimento dos estudos foram abrindo novos horizontes de abordagens, como veremos na seção que segue.

Perspectivas de estudo da língua

No tocante às perspectivas de abordagem de fenômenos linguísticos, podemos lançar mão de algumas classificações meramente didáticas, isso porque não é a língua que se divide para oferecer faces de análise, mas a necessidade de realizar análises setorializadas, é que suscita a demanda de procedimentos metodológicos para os diversos estudos desse objeto único, a língua. Com esse ponto de vista, lançamos mão de uma classificação apresentada por Weedwood (2002, p. 10-13), a de *macrolinguística* e *microlinguística*. Ressaltamos que a autora adverte que esses conceitos ainda não se haviam estabelecido definitivamente.

O conceito de *microlinguística*, também conhecido como *linguística interna* ou *núcleo duro* refere-se à análise da língua em si mesma. Sempre lembrando que se trata de uma classificação meramente didática, podemos dizer, que *microlinguística* se refere a estudos dos campos da língua: fonética/fonologia, sintaxe, morfologia,

¹ Ressaltamos que nesse contexto "linguagem" refere-se a língua: oral e escrita.

lexicologia, semântica. O conceito de *macrolinguística*, ou linguística externa abrange as chamadas teorias de análise linguística, a exemplo do Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo, da Sociolinguística, Dialetologia, dos estudos do discurso (Análise da conversação, Análise de/do discurso, Teoria da argumentação), da Linguística textual, Psicolinguística, Neurolinguística, Linguística aplicada, entre outras.

Para uma melhor reflexão acerca dessas correntes de análise de fenômenos linguísticos, vejamos um breve histórico da ascensão e atuação de algumas delas.

Breve levantamento das correntes de estudos lingüísticos

Embora o Curso de Linguística Geral foque em si o nascimento da ciência Linguística, as reflexões sobre a linguagem verbal tem origens remotas. Já por volta do séc. V ou IV a. C., a se tem conhecimento de discussões filosóficas e cuidados normativos dos gregos e hindus. Tomaremos, contudo, o final do séc. XVIII, como ponto de partida para essas breves pinceladas na trajetória de reflexões sobre a lingua(gem) humana.

No ano de 1786, o inglês William Jones desenvolveu um trabalho destacando semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. Estavam, assim, lançadas as bases para o *Método Comparativo*. Seguindo essa linha de estudos, em 1808, o alemão Schlegel publicou a obra, considerada como o marco dos estudos comparativistas na Alemanha: *Über die Sprache und die Weisheit der Inder* (Sobre a Língua e a sabedoria dos hindus). Com esse trabalho, Schlegel reforça tese de W. Jones sobre o parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa. A consolidação do método se deu com a obra de Franz Bopp, intitulada *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit Jinem der griechischen, la teinischen, persischen, under, und germanischen Sprache* (Sobre o sistema de conjugação da língua Sânscrita em comparação com o da língua grega, latina, persa e germânica).

Faraco (2005, p. 134-135) assinala que o objetivo inicial de Bopp foi o de estabelecer o parentesco entre as línguas estudadas, não o de traçar o percurso histórico delas. Essa tarefa coube a Jacob Grimm que, com a obra *Deutsche Grammatik* (Gramática Alemã), interpretou a existência de correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas, como resultado de mutações operadas através dos tempos. Com esse procedimento, surgiu o *Método, Gramática ou Linguística Histórico Comparativa*.

O *Método Histórico-Comparativo* abriu as portas para o estudo de subfamílias das línguas indoeuropéias. Assim, no período compreendido entre os anos de 1836 e 1844, Friedrich Diez lançou a *Gramática histórico-comparativa das línguas românicas*, obra tida como ponto de partida para a *Filologia* ou *Linguística Românica* e, mais tarde, em 1854, o *Dicionário etimológico das línguas românicas*. "A Filologia Românica teve um papel fundamental no desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos," destaca Faraco (p. 137). Com efeito, Ao passo que, em outras subfamílias só eram alcançados estágios mais antigos através da reconstituição hipotética, em virtude da falta de registros escritos, a extensa

documentação escrita em latim possibilitou a autenticação de formas ascendentes, o que gerou uma confiabilidade no método.

Na sequência do desenvolvimento dos estudos linguísticos, na segunda metade do séc. XIX surge August Schleicher. Pela sua formação de botânico e pela influência de Darwin, ele formulou uma concepção que tomava a língua como um ser vivo. Entre outros feitos, nos anos de 1856-1857 Schleicher desenvolveu o primeiro estudo de uma língua indo-européia feito diretamente a partir da fala: o Estudo Lituano. Para realizar esse feito, ele morou um certo tempo em uma comunidade camponesa da Lituânia. Salientamos que, embora esse procedimento não tenha ganho um nome especial, representa um avanço metodológico.

Por volta da última metade do séc. XIX, estudiosos ligados à universidade de Leipzig na Alemanha, dentre eles Hermann Osthoff e Karl Brugmann, passaram a questionar alguns pressupostos do *Método Histórico-Comparativo* e propuseram um conjunto de princípios teóricos para a interpretação da mudança linguística. Em função disso, ficaram conhecidos como *Neogramáticos*. Em 1878 Osthoff e Brugmann lançaram a revista *Morphologischen Untersuchungen* (Investigações morfológicas), cujo prefácio sagrou-se como o manifesto do movimento. Nele, entre outros posicionamentos, os neogramáticos:

- a) defendem que a língua tem que ser vista ligada ao falante; o estudo da mudança a partir das línguas atuais, não a busca do proto indo-europeu; a investigação do mecanismo da mudança, conseqüentemente, a criação de uma teoria da mudança, não apenas o estabelecimento das correspondências sistemáticas entre línguas para reconstituir o passado.
- b) confirmam a tese anteriormente defendida por August Leskien, de que as mudanças sonoras se dão dentro de um rigoroso processo de regularidade, qual seja, afetam a mesma unidade fônica, em todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, sem admitir exceções. Em um presumível caso de exceção, há que se considerar a possibilidade de o princípio regular da mudança ser ainda desconhecido, embora exista ou o fato de a regularidade da mudança ter sido afetada pelo processo de analogia.

Dentre as muitas contribuições trazidas pelos neogramáticos, não podemos deixar de destacar a de que a crítica a seus antecessores nos estudos linguísticos resultou em um maior rigor metodológico por parte desses.

No desenvolvimento dos estudos linguísticos, entre o final do séc. XIX e inícios do XX, destacamos o posicionamento de Hugo Schuchardt. Ele chamou a atenção para a grande variedade de fala existente nas comunidades linguísticas. Essas variedades estariam condicionadas a fatores como sexo, idade e nível de escolaridade dos falantes, entre outros. Ressaltou, também, que essas variedades se interinfluenciam mutuamente. Com essas observações, Schuchardt tornava-se o precursor dos estudos sociolinguísticos. Além disso, como assinala Faraco:

Schuchardt foi também dos primeiros estudiosos a dar atenção sistemática aos *pidgins* e crioulos, línguas emergentes em situação de contato e de cujo estudo se odem tirar inúmeras contribuições para a compreensão dos fenômenos linguísticos em geral. (FARACO, 2005, p.152)

Nos primeiros anos do séc. XX, com Antoine Meillet a língua passa a ser encarada como um fato social. Assim sendo, as condições sociais passaram a ser encaradas como elementos decisivos sobre os rumos da língua. Faraco (p. 153) assinala que em Meillet, a língua não é mais concebida como um organismo vivo e independente (como em Schleicher) nem como uma entidade psíquico subjetiva como sugeriram os neogramáticos, tampouco como um sistema autônomo como postulado por Saussure, como veremos mais adiante. A língua, na concepção de Meillet, se afigura como um fato social. Sendo assim, trata-se de uma realidade heterogênea, como o próprio ser humano, o que lhe caracteriza como uma entidade variável e em constante mutação.

Ainda no início do séc. XX, entre os anos de 1907 e 1911 Saussure ministrou três cursos de Linguística Geral, na Universidade de Genebra. A matéria desses cursos foram posteriormente editadas por dois de seus discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye, com o título de Curso de Linguística Geral (CLG). Os princípios difundidos pelo CLG deram impulso a uma corrente de estudos que se tornou conhecida como Estruturalismo. Saussure concebia a língua como um objeto autônomo, definido apenas por suas relações linguísticas internas. Ele entendia que as mudanças das línguas não ocorriam a partir de um complexo sistema de interdependências, mas afetavam o sistema em partes isoladas. Diferentemente desse postulado de Saussure, os linguístas que integraram o Círculo Linguístico de Praga defenderam que as mudanças linguísticas deveriam ser analisadas levando-se em consideração o sistema por elas afetado, uma vez que o estudo diacrônico não afeta a noção de sistema.

Na segunda metade do século XX, emergem diversas correntes de estudos linguísticos. Isso não significa que tenham surgido do nada ou ao acaso. Ao contrário, elas têm suas raízes fincadas em momentos anteriores do desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem e/ou de outras ciências, mas sempre com um viés voltado para a Linguística, como é o caso da psicolinguística, neurolinguística e estudos sobre o discurso e o enunciado. Destacaremos a seguir, apenas algumas dessas teorias, quais sejam, o Gerativismo, o Funcionalismo, Sociolinguística

Em meados do séc. XX, surge no cenário da linguística a obra intitulada *Syntactic Structures*, do linguísta Noam Chomsky, para quem a descrição de uma língua deve ter como objetivo a construção de uma teoria dedutiva formal, contendo uma série de regras ou princípios gramaticais que possa atribuir a cada oração uma descrição estrutural. Assim, podemos afirmar que o objeto da corrente de estudos linguísticos, denominada Gerativismo, que tem como marco essa obra, é representado pelo conhecimento subjacente que o falante tem de sua língua, ou seja, a competência linguística que lhe permite produzir e compreender sentenças nunca antes ouvidas.

Chomsky desenvolve a sua argumentação sobre a intuição e a criatividade linguísticas dos falantes de uma língua qualquer, a partir da frase: *Colorless green ideas sleep furiously*² Embora essa frase não apresente, à primeira vista um sentido lógico, qualquer falante do inglês pode observar que se trata de uma sentença possível em sua língua. Representa uma sentença sintaticamente bem formada, está gramaticalmente, correta, possui um sujeito, um predicado, e as palavras se

² Idéias verdes incolores dormem furiosamente.

apresentam na ordem canônica de sentenças declarativas do inglês (e do português). Isso prova que as reações dos falantes em relação a sentenças de sua língua é imediata e intuitiva. O falante sabe se uma dada ordem de palavras numa sentença em sua língua é possível ou não.

A revelação do fato de todo falante ter intuições sobre a organização sintática de sua língua é a base das contribuições centrais de Chomsky não só para a linguística como para as ciências cognitivas. As intuições dos falantes não se limitam à ordem das palavras nas frases. São muito mais amplas, incluindo conhecimentos sobre ambiguidade estrutural, anomalias, elipses, relações entre ativa e passiva, relações entre declarativa e interrogativa, entre outras. Essas e outras propriedades das orações de uma língua, que todos os seus falantes conhecem de maneira intuitiva, derivam de uma compreensão mais profunda da linguagem, cujas propriedades podem ser explicitamente definidas. Assim, Chomsky propõe definir as regras ou princípios que permitem aos indivíduos formular, ou gerar, todas as orações gramaticais de sua língua, saber quais são gramaticais e o que significam, e diferenciar as orações que transgridem as regras e por isso são agramaticais.

Outra corrente de estudos linguísticos que ganhou projeção na segunda metade do séc XX foi o Funcionalismo. No panorama da Linguística, o conceito de funcionalismo está ligado à primeira Escola Linguística de Praga, conjunto de autores, dentre eles, Jakobson e Trubetzkoy, que, entre os anos de 1929 e 1938, participaram do Círculo Linguístico de Praga, movimento que teve seus trabalhos com o título *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*³.

Como aponta Câmara Jr. (1974, p. 17), em 1950, preocupado com o estudo do pensamento humano, o psicólogo alemão Karl Bühler apontou três funções para a linguagem: (i) a representativa, ou de representação, cuja característica central seria a de analisar, ordenar e representar o espaço vital do homem: o ambiente em que ele vive; (ii) a de exteriorização psíquica, em que a linguagem estaria empenhada em exprimir as emoções humanas; (iii) a apelativa, em que a linguagem procuraria influenciar o receptor, com vistas à mudança do seu comportamento.

Mais tarde, em 1969, Jakobson adicionou a essas, outras três funções, correlacionando-as a cada um dos componentes do processo de comunicação: (i) a função poética que, centrada na mensagem, reveste-a de um tratamento estético, procurando dotá-la de criatividade e/ou de subjetivismo; (ii) a função metalinguística que, centrada no próprio código, procura explicá-lo; e (iii) a função fática, que visa à manutenção do contacto entre o emissor e o receptor. Desse modo, Jakobson fixou seis funções para a linguagem, cada uma delas mais diretamente ligada a um dos fatores do ato de comunicação verbal: (i) ligada ao contexto – função referencial; (ii) ligada ao emissor – função emotiva; (iii) ligada ao destinatário – função conativa; (iv) ligada ao contato – função fática; (v) ligada ao código – função metalinguística; (vi) ligada à mensagem – função poética.

³ A segunda Escola Linguística de Praga refere-se a um grupo de autores cujos trabalhos tornaram-se conhecidos a partir de 1966, com a publicação do primeiro número da revista *Travaux Linguistiques de Prague*.

Estavam, assim, lançadas as bases do Funcionalismo linguístico que, com o decorrer do tempo, trilhou um desenvolvimento próprio e diversificado, de modo que hoje:

Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam (NEVES [1997] 2001, p.1).

Dentro do que vem sendo denominado ou autodenominado *Funcionalismo*, existem modelos muito diferentes. Contudo, entre esses modelos, podem ser destacadas similaridades suscetíveis de se constituírem num denominador comum, capaz de fornecer a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Acerca desses modelos, a autora indica que:

qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. (NEVES [1997] 2001, p.1)

O que a análise funcionalista examina, portanto, é a competência comunicativa, considerando as estruturas das expressões linguísticas como em um quadro de funções, no qual cada função é vista como um diferente modo de significação. Em relação à competência comunicativa, o funcionalismo avalia a capacidade que os indivíduos têm tanto para codificar e decodificar expressões, quanto para usar e interpretar essas expressões satisfatoriamente.

Vivendo o homem em sociedade, é muito natural que a ciência da linguagem tenha apresentado uma vertente voltada para o estudo de fatos linguísticos envolvidos com aspectos sociais. Assim sendo, essa foi uma das tendências de expansão dos seus estudos. Na década de 70 do século XX, William Labov, trouxe à luz a obra *Modelos Sociolinguísticos*, cujo título original é: *Sociolinguistic Patterns*. Nesse trabalho, considerado marco inicial da Sociolinguística, o autor, basicamente, expõe os resultados de duas pesquisas envolvendo influências de fatores sociais sobre a língua.

Um deles diz respeito à mudança fonética dos ditongos /ay/ e /aw/ nas diversas regiões da ilha de Martha’s Vineyard, em Massachusetts, desenvolvido a partir de fatores como faixa etária, atividade profissional e etnia, com o fim de estabelecer a correlação entre o modelo linguístico complexo e as variáveis sociais, o que possibilitou isolar os fatores sociais que influenciaram o processo linguístico.

O outro, *A estratificação social de (r) nas grandes lojas de departamento de nova york*, tem como base definir as principais variáveis fonológicas que entrariam na pesquisa, dentre elas, o (r), a presença ou ausência dessa consoante em posição posvocálica, em palavras como *car, card, four, fourth* (carro, cartão, quatro e quarto). Selecionou, então, três dessas grandes lojas, uma de classe alta, uma de classe média e uma de classe baixa, a partir da escala de preços de cada uma delas, o que permitiu supor que tanto os clientes, quanto os funcionários dessas lojas estivessem estratificados socialmente. demonstra uma estratificação clara e consistente do (r) nas três lojas. A hipótese que ficou comprovada foi a de que os

indivíduos estão estratificados em grupos sociais segundo a pronúncia diferencial de desse (r).

A partir do último quartel do século XX, estudos desenvolvidos por muitas outras correntes de abordagem de fenômenos linguísticos, a exemplo da psicolinguística, neurolinguística, pragmática, além de correntes e teorias ligadas a abordagens acerca do discurso e do enunciado, começaram a despontar e experimentar notoriedade.

Acreditamos que, a partir desse quadro geral das teorias de estudos linguísticos, possamos apresentar alguns indicativos de aplicação dos princípios, postulados e descobertas da ciência da linguagem que podem ser mobilizados em aulas de língua portuguesa.

MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS EM PROL DE AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Como indicamos nas considerações iniciais, com este trabalho, temos o objetivo de indicar algumas formas de mobilização e articulação de conhecimentos linguísticos em aulas de língua portuguesa. Na análise de muitas situações, poderemos identificar fenômenos observáveis através do aparato teórico-metodológico de mais de uma corrente, a despeito disso, nos casos selecionados, optamos por ressaltar o fenômeno mais saliente e, conseqüentemente, por indicar a teoria mobilizada para interpretar a ocorrência em questão. Seguem, então, os exemplos.

Método histórico-comparativo – Podemos constatar a mobilização do método comparativo ao trabalharmos, por exemplo o léxico ou a classificação das palavras. Consideremos que em uma aula com um desses conteúdos, falemos em rua *arborizada*, carne *suína* ou vendedor *ambulante*. Levando em consideração que nesse momento nos reportaremos à origem latina de tais expressões, estaremos mobilizando os conhecimentos do método comparativo, na medida em que estabelecermos uma comparação dessas palavras com os vocábulos correspondentes de outras línguas aparentadas, com o fito de indicar a origem latina dessas palavras.

Estruturalismo – Estaremos lançando mão de uma metodologia estruturalista quando, por exemplo, nos depararmos com uma construção tradicionalmente considerada *neologismo*. Vejamos um exemplo. Há alguns anos, um ministro, em entrevista à imprensa, proferiu a palavra *imexível*. Naquele momento, a maioria dos brasileiros letrados estranhou a construção. Depois de um primeiro momento de estupefação, no entanto, a forma não só se consagrou na língua, como também inspirou a construção de outras dentro do mesmo paradigma, a exemplo de *indizível* e *impensável*. Com efeito, temos aí, nada mais nada menos que um morfema lexical, associado a dois gramaticais. O(A) professor(a) pode lançar mão do conhecimento dessa corrente para interpretarmos as construções *correlância* 'correlação', análoga a *alternância*.

Gerativismo – Na formação de sentenças do tipo “Amanhã, eu vou ir”, “Amanhã eu vou não vir [vim]” ou “Nesse instante eu vi ela ali” e ainda “Ele quebrou a boca dela”, tradicionalmente condenadas, poderemos mobilizar um olhar gerativista e avaliar que, não obstante se trate de construções fora da norma culta, representam frases ajustadas à gramática e semanticamente claras. Legítimas na língua, portanto.

Sociolinguística – Como vimos no breve levantamento das correntes de estudos linguísticos, com o seu aparato metodológico, a Sociolinguística nos possibilita análises que levem em conta fatores como faixa etária, atividade profissional, nível sócio-econômico, entre outros que, de certo modo, determinam o modo de falar dos indivíduos. Assim, em se tratando de seleção vocabular, um(a) professor(a) quando se deparar com formas mais antigas da língua, daquelas que, em uma análise tradicional, são consideradas arcaísmos, o (a) docente, entre as hipóteses levadas em conta na sua interpretação, poderá levantar a de se tratar de estudante(s) de uma faixa etária mais elevada ou que conviva com alguém inserido nesse caso. Em se tratando da análise de pronúncias de vocábulos da língua, fato que recebe o nome de *ortoepia* na nomenclatura normativa, ocorre que grande parte dos falantes que realizam pronúncias em desacordo com a norma culta pertence à classe econômica de menor poder aquisitivo, o que implica em pessoas com menos acesso a informações e ao código linguístico de prestígio social. Nessa situação, o (a) regente de classe de língua portuguesa poderá atuar como uma ponte de inclusão social à medida que respeite a realidade do seu (sua) discente e o vá aproximando na norma padrão.

Dialetologia – De posse de conhecimentos, ainda que elementares, sobre a dialetologia, poderemos nos tornar agentes de integração linguística na sala de aula, visto que saberemos valorizar as expressões das diversas regiões e integrar algum estudante recém chegado com o universo vocabular da região em que estivermos. Assim, ao lado da denominação de um ser através da norma culta, devem ser valorizadas também as variantes empregadas nas diversas regiões.

Funcionalismo – Um olhar funcionalista nos permite analisar uma série de fenômenos. Vejamos um deles: do ponto de vista dos cânones gramaticais, a palavra *não* exerce o papel de advérbio. Aliás, alguns compêndios normativos mais atuais, já apresentam o *não* no rol dos prefixos de negação. Mas é através do Funcionalismo linguístico que poderemos encontrar uma interpretação acadêmico-científica da trajetória de gramaticalização dessa partícula que de, já um tanto quanto gramatical na sua função de advérbio, passa a mais gramatical ainda na sua função de prefixo (Cf. Campos 2004, p. 31-46)

Linguística textual – Nas aulas mais voltadas para a prática de redação, dentre outros conhecimentos, aqueles propiciados pelo arcabouço teórico-metodológico da Linguística Textual, certamente, são também “acessados”. Vejamos como: ao analisar um texto composto por algum dos nossos alunos, precisamos observar fatores do tipo coerência e coesão textual, intencionalidade, situacionalidade, intertextualidades, informatividade e aceitabilidade.

Correntes ligadas ao estudo do discurso e da argumentação – A despeito de poder lançar mão dos conhecimentos das teorias abalizadas para análise de fenômenos ligados à argumentação e ao discurso em outras áreas, sem dúvida as

aulas de interpretação de texto representam, um campo que requer de nós algumas noções fornecidas por esses segmentos de estudos.

Considerações finais

Se tivermos em mente os objetivos das normas gramaticais e aqueles que norteiam a análise científica da língua, em vez de entrarmos em choque ou nos sentirmos confusos nas situações de uso da língua que divergem da Gramática Normativa ou a contradizem, chegaremos à conclusão de que, nas aulas da disciplina "Português" será possível conciliar os dois objetivos e promover uma reflexão mais rica e substancial em torno dos fatos linguísticos, sem deixarmos de dar ciência da norma culta aos nossos alunos. O (a) discente da disciplina língua portuguesa poderá ser tanto mais eficiente quanto mais possa diversificar seu olhar na sala de aula, mobilizando conhecimentos da ciência da linguagem em prol das reflexões sistemáticas sobre a língua portuguesa e do ensino dessa norma.

Esperamos que essa abordagem possa servir de ponto de partida para reflexões mais aprofundadas sobre a estrita relação existente entre a ciência da língua(gem) e o processo de estudo sistemático da língua portuguesa nas diversas séries dos níveis Fundamental e Médio do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, contamos com a possibilidade de que, não somente estudantes dos cursos de letras, mas também profissionais em exercício do magistério e demais pessoas interessadas na área possam encontrar algum benefício nesse ensaio.

Referências bibliográficas

CÂMARA JR. Joaquim. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

CAMPOS, Lucas. O desempenho do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo. In: COSTA, sônia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio. *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 31-46.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 2005.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e poética. In: *Lingüística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/USP, 1969, p. 118-162.

LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Trad. José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983 [1972].

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem*. Um percurso da Lingüística no século XX. Lisboa: Colibri, 1995.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, [1997] 2001.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 18, 19, 20 ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 1995.

WEEDWOOD, Bárbara. *História da lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.